



Manual de Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC) dos Programas de Pós-Graduação *Stricto Sensu*

Grupo de Trabalho (GT)

Julia Maurmann Ximenes (MPGD/DPPP)

Lucas Moura Vieira (MPGD)

Regina Luna Santos de Souza (MPAM/MPGD)

Ricardo Luiz Pereira Bueno (DPPP)

Manual de Trabalhos de Conclusão
de Curso dos Programas de
Pós-Graduação *Stricto Sensu*

Grupo de Trabalho

Julia Maurmann Ximenes
Lucas Moura Vieira
Regina Luna Santos de Souza
Ricardo Luiz Pereira Bueno

enap

Brasília
2025

A Fundação Escola Nacional de Administração Pública (Enap) é uma escola de governo vinculada ao Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI). Tem como principal atribuição a formação e o desenvolvimento permanente dos servidores públicos. Atua na oferta de cursos de mestrados e doutorado profissionais, especialização lato sensu, cursos de aperfeiçoamento para carreiras do setor público, educação executiva e educação continuada. A instituição também estimula a produção e disseminação de conhecimentos sobre administração pública, gestão governamental e políticas públicas, além de promover o desenvolvimento e a aplicação de tecnologias de gestão que aumentem a eficácia e a qualidade permanente dos serviços prestados pelo Estado aos cidadãos. Para tanto, desenvolve pesquisa aplicada e ações de inovação voltadas à melhoria do serviço público. O público preferencial da Escola são servidores públicos federais, estaduais e municipais. Sediada em Brasília (DF), a Enap é uma escola de governo de abrangência nacional e suas ações incidem sobre o conjunto de todos os servidores públicos, em cada uma das esferas de governo. O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001, no âmbito do processo nº 88887.925285/2023-00 - ENAP, auxílio nº 1024/2024 (Auxílio Financeiro a Projeto Educacional ou de Pesquisa- AUXPE).

Ficha catalográfica elaborada pela equipe da Biblioteca Graciliano Ramos da Enap

Ximenes, Julia Maurmann

Manual de trabalhos de conclusão de curso (TCC) dos
Programas de Pós-Graduação Stricto Sensu / Julia
Maurmann Ximenes...[et al.]. -- Brasília: Enap, 2024.

25 p.

Inclui bibliografia.

1. Trabalhos acadêmicos – Manual. 2. Trabalhos de
conclusão de curso (TCC). 3. Dissertações e teses – Normas.
4. Educação Superior – Administração Pública. I. Título. II.
Vieira, Lucas Moura. III. Souza, Regina Luna Santos de. IV.
Bueno, Ricardo Luiz Pereira.

CDD 378.242

Bibliotecária: Elda Campos Bezerra – CRB1/1425

enap

Fundação Escola Nacional de Administração Pública

SAIS - Área 2-A |CEP: 70610-900 | Brasília, DF

Telefones: +55 (61) 2020 3072/3186

www.enap.gov.br / publicacoes@enap.gov.br

 Enap, 2025

Este trabalho está sob a Licença Creative Commons – Atribuição: Não Comercial – Compartilha Igual 4.0 Internacional As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade do(s) autor(es), não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista da Escola Nacional de Administração Pública (Enap). É permitida a reprodução deste texto e dos dados nele contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas.

Governo Federal

Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI)

Ministra Esther Dweck

Fundação Escola Nacional de Administração Pública (Enap)

Presidenta

Betânia Lemos

Diretora-Executiva

Natália Teles da Mota

Diretor de Altos Estudos

Alexandre de Ávila Gomide

Diretor de Desenvolvimento Profissional

Braulio Figueiredo Alves da Silva

Diretora de Educação Executiva

Iara Cristina da Silva Alves

Diretor de Gestão Interna

Lincoln Moreira Junior

Diretora de Inovação

Camila Medeiros

Coordenadora Geral de Pós-Graduação *Stricto Sensu*

Regina Luna Santos de Souza

Equipe CGPos

Carolina da Cunha Rocha, Cecilia Candida Frasao Vieira, Ciro Campos Fernandes, Eliana Philomeno, Flávia Caetano, Lorena Rosa Correia, Lucas Moura Vieira, Regina Luna Santos de Souza, Selma dos Santos Silva Marrocos, Tanieli de Moraes Guimarães Silva, Wendell Cabral Ferreira Brito

Diagramação

Lorena Rosa Correia

Apresentação

O presente “Manual de Trabalhos de Conclusão de Curso dos programas de pós-graduação *stricto sensu*, da Fundação Escola Nacional de Administração Pública (Enap)” tem como objetivo fornecer aos discentes e docentes dos Programas de apresentados como requisito à titulação.

Em setembro de 2021 deu-se início ao funcionamento do curso de Doutorado Profissional em Políticas Públicas (DPPP), assim, em conjunto com o Mestrado Profissional em Governança e Desenvolvimento (MPGD), iniciado em janeiro de 2017, e com o Mestrado Profissional em Avaliação e Monitoramento de Políticas Públicas (MPAM), iniciado em março de 2020, a pós-graduação *stricto sensu* da Enap passou a contar com três cursos, cuja gestão está centralizada na Coordenação-Geral de Pós-Graduação *Stricto Sensu* da Diretoria de Altos Estudos (CGPos/DAE).

Desde o início do primeiro curso debateu-se, na Enap, sobre a possibilidade de adoção de formatos de TCC distintos das teses e dissertações. Por mais que a adoção de novos formatos quase sempre tenha sido vista como algo desejável, sua efetiva utilização esbarrou muitas vezes na falta de diretrizes claras sobre quais critérios formais e metodológicos devem ser adotados por alunas/os, orientadoras/es e membros de banca.

Não se pretende aqui delinear opções ou diretrizes metodológicas para o desenvolvimento dos trabalhos acadêmicos, mas oferecer informações necessárias que possam auxiliar em seu processo de construção e avaliação. Os formatos aqui propostos têm como objetivo ampliar as possibilidades de trabalho de conclusão de curso para as/os alunas/os de mestrado e doutorado da Enap. A possibilidade de utilização de novos formatos de trabalhos acadêmicos, além das tradicionais dissertações e teses, é um instrumento que visa fortalecer a vocação profissional dos PPGs Enap. O enfoque em pesquisa aplicada, com rigor teórico e realizada dentro de marcos bem definidos, é um passo importante no fortalecimento dos PPGs, cuja principal característica consiste em serem programas para servidores públicos, onde os docentes são servidores públicos e os problemas de pesquisa envolvem temas relacionados às políticas públicas.

Boa leitura.

Sumário

Introdução	7
O enfoque do problema público a ser pesquisado	11
Estrutura de Intervenção em Problemas Públicos	16
Formatos para apresentação do TCC	19
Qual o papel do/a Orientador/a?	22
Checklist Avaliativo	24
Referências	27

Introdução

O campo da Ciência Política possui possibilidades diversificadas para estudos, pesquisa e análises, incluindo a gestão pública e as políticas públicas, que, por sua vez, também podem ser objeto de análise de outras áreas das ciências humanas aplicadas, como administração, economia, direito, sociologia, serviço social etc.

O relatório preliminar do Plano Nacional da Pós-Graduação 2024-2028 destaca que falta agilidade para que o conhecimento gerado na academia seja absorvido e aproveitado pela sociedade (Capes, 2024). O mesmo relatório aponta para a necessidade de que os PPGs tenham foco na prospecção e na solução de desafios e problemas da sociedade e formação de recursos humanos, em consonância com as potencialidades e os desafios nacionais. Estas ações estão em consonância com os objetivos do Plano Nacional de Pós-Graduação (PNPG), dentre os quais julgamos relevantes destacar os seguintes:

- “Ampliar a qualificação pós-graduada de servidores públicos para o aprimoramento da administração pública”;
- “Induzir e valorizar ações de aproximação e articulação entre a pós-graduação e as demandas atuais e desafios da sociedade”;
- “Disseminar as possibilidades de aplicação do conhecimento gerado pela pós-graduação”; e
- “Orientar as pesquisas e os produtos da pós-graduação para a solução dos desafios da sociedade” (Capes, 2024).

Estudo público pelo Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE) sobre mestres e doutores aponta para uma tendência crescente na titulação de Mestres Profissionais em relação aos acadêmicos, por exemplo em 2021 superou em 23%. Na área de CP&RI o quantitativo de programas profissionais, 22 em um total de 64, representa 34% dos programas da área¹.

No âmbito da formação em pós-graduação *stricto sensu* profissional, as possibilidades de estudos e análises se ampliam mais ainda, pois incluem a perspectiva da pesquisa orientada ao uso.

A Área de Avaliação em Ciência Política e Relações Internacionais (CP&RI) da Capes destaca que a modalidade profissional atua tanto na formação de recursos humanos para o setor público quanto no trato com as políticas públicas e na geração de impacto sobre o desenvolvimento econômico e social (Do Amaral *et al.*, 2023).

Os programas profissionais, sobretudo de doutorado, devem atuar com o objetivo de melhorar a eficácia e a eficiência das organizações públicas “por meio da solução de problemas e geração e aplicação de processos de inovação apropriados”, o que os diferencia dos programas acadêmicos é a natureza da pesquisa realizada e o foco na aplicação dos produtos gerados (Do Amaral *et al.*, 2023).

1. Números obtidos no Observatório da pós-graduação, disponível na Plataforma Sucupira.

Espera-se que os mestrandas/os e doutorandas/os profissionais realizem pesquisas que a partir da exploração de conhecimentos e teorias já disponíveis tenham caráter de orientação ao uso, com caráter tecnológico ou de aplicação, portanto, potencial de desenvolver a “capacidade de produção e transferência de produtos, técnicas e/ou tecnologias inovadoras para o enfrentamento de problemas de alta complexidade em seu campo ou segmento de atuação, com o objetivo de gerar impacto social, econômico e educacional (Do Amaral *et al.*, 2023; Saint Martin, 2023).

Dada a especificidade dos programas profissionais, novos formatos devem focar em apresentar respostas para o enfrentamento de problemas “seja por meio de produtos (serviços, processos, modelos etc.) seja por meio de subsídios às políticas públicas”. Os TCCs devem estar alinhados com o objetivo do programa, devem atender a demandas da sociedade e devem possuir rigor metodológico e densidade e profundidade conceitual adequada (Do Amaral *et al.*, 2023).

Percebe-se que a possibilidade de flexibilização e proposição de novas formas de TCCs, conforme exposta nos documentos da Área de CP&RI, está em consonância com demanda expressa na PNPG, por produtos com maior potencial de disseminação e capazes de apresentar soluções para problemas concretos da sociedade. Porém, a maioria dos programas profissionais da área de CP&RI ainda adotam os modelos tradicionais de tese e dissertação como formato preferencial de TCCs (Almeida, 2024). Neste sentido, retomamos os objetivos Portaria Capes nº 60, de 20 de março de 2019 definidos para os cursos de mestrado e doutorado, incluindo a área 39 – Ciência Política e Relações Internacionais:

Art. 2º São objetivos dos cursos de mestrado e doutorado profissionais:

- I - capacitar profissionais qualificados para práticas avançadas, inovadoras e transformadoras dos processos de trabalho, visando atender às demandas sociais, econômicas e organizacionais dos diversos setores da economia;
- II - transferir conhecimento para a sociedade de forma a atender às demandas sociais e econômicas, com vistas ao desenvolvimento nacional, regional e local;
- III - contribuir para agregação de conhecimentos de forma a impulsionar o aumento da produtividade em empresas, organizações públicas e privadas;
- IV - atentar aos processos e procedimentos de inovação, seja em atividades industriais geradoras de produtos, quanto na organização de serviços públicos ou privados;
- V - formar doutor com perfil caracterizado pela autonomia, pela capacidade de geração e transferência de tecnologias e conhecimentos inovadores para soluções inéditas de problemas de alta complexidade em seu campo de atuação.

Dos objetivos dos Programas Profissionais depreende-se os desafios de aproximar as instituições de ensino da realidade fática, na busca de soluções para problemas públicos. Consequentemente, os trabalhos devem prezar pelo rigor e adequação às práticas científicas em seu desenvolvimento, devem ter como foco o campo de atuação profissional. Assim, os problemas que emergem nessa condição de imbricamento com

a realidade das políticas e organizações públicas devem ser o fio condutor para as situações-problema dos trabalhos resultantes de mestrados e doutorados profissionais, e desta maneira criem impacto no contexto profissional a ser aplicado (Martens *et al.*, 2021).

Diante do caráter aplicado dos produtos discentes nos programas profissionais, um desafio presente é a construção de um problema público de pesquisa, inserido na complexidade e multidisciplinariedade do campo de Políticas Públicas.

O enfoque do problema público a ser pesquisado

A trajetória da pesquisa na área de políticas públicas tradicionalmente enfatiza o processo de tomada de decisão, entretanto, atualmente perpassa o estudo das soluções para o enfrentamento de problemas coletivos (Marques, 2010; Boullosa *et al.*, 2021; Motta, 2022; Do Amaral *et al.*, 2023; Secchi, 2023).

Neste sentido, o desafio é construir um problema público (*problem oriented*) de pesquisa diante de novas gramáticas: problemas concretos, cada vez mais complexos, como as crescentes desigualdades que caracterizam a sociedade brasileira (questões sociais e interseccionalidade), as crescentes demandas de participação, de transversalidade, a dinâmica e a atuação dos atores políticos, os conflitos, alianças e negociações (Marques, 2010; Boullosa *et al.*, 2021; Secchi, 2023).

... não é uma ciência apenas formal, de aparência ou de erudição autorreferencial, mas sim uma ciência para ajudar os fazedores de política pública a melhorarem sua formulação, implementação e avaliação de programas, ações, campanhas, projetos, medidas, leis, serviços públicos, redes de cooperação. O cientista social aplicado deve ter como finalidade última ajudar o destinatário da política pública (*policy-taker*), como finalidade penúltima ajudar o elaborador de política pública (*policy-maker*) e, como finalidade antepenúltima, ajudar os demais atores sociais, aí incluída a academia. (Secchi, 2023).

O discente de um programa profissional em Ciência Política na área das Políticas Públicas precisa de um olhar analítico, considerando o processo da política pública como complexo, pleno de conflitos e gerado por vários centros de dinâmica (Marques, 2010).

Adicionalmente, as produções com ênfase profissional devem ter como enfoque predominante o enfrentamento de problemas, cujo objetivo é apresentar respostas para o enfrentamento de um problema (Motta, 2017).

Esta perspectiva está atrelada a definição do problema público que será objeto da pesquisa e que demanda uma intervenção prática - a pesquisa não se limita a variáveis teóricas, mas inclui a construção de uma pesquisa aplicada, com a apresentação de produtos que contribuem para uma intervenção na sociedade que ultrapassam a tradicional barreira ou muros da academia na direção da mediação ou moderação¹ entre os formuladores e beneficiários de políticas públicas, conforme abordaremos a seguir (Lassance, 2023).

O problema público pode ser investigado em enfoques distintos: a pesquisa acadêmica, que visa a contribuição para o avanço da teoria ou a pesquisa aplicada. Em trabalho recente Gustavo da Silva Motta (Motta, 2022) destaca a questão da diferença entre a pesquisa acadêmica e a aplicada sendo considerado o primeiro critério de ava-

1 Análises de mediação e moderação são utilizadas para estabelecer evidências ou testar hipóteses sobre os mecanismos que explicam como certos efeitos acontecem ou em que condições eles facilitam ou inibem tais efeitos (Prado *et al.*, 2014; Hayes, 2017).

liação, aportando à noção de abordagem, eliminando-se a barreira da contribuição científica, fomentando por outros meios o avanço do conhecimento científico.

Assim, as pesquisas orientadas ao uso profissional teriam um critério adicional de qualificação, a saber, a compreensão de fenômenos com a finalidade de propor o enfrentamento de problemas públicos.

O terceiro critério característico das produções científicas é o ineditismo. Como resultado, o TCC deve oferecer soluções novas a problemas ou a aplicação de uma solução conhecida para um problema novo, como discutido em Motta (2017).

Para o autor essas soluções podem ser apresentadas como: (a) modelos e processos de gestão; (b) protocolos; (c) sistemas (também softwares); (d) propostas metodológicas (inclusive para pesquisa); (e) manuais de operação; (f) material instrucional (somam-se didáticos), dentre outros.

Um desses exemplos, é o fenômeno da emergência dos laboratórios de Políticas Públicas ou temáticos como os voltados à inovação, esses ambientes têm como finalidade de realização de experiências e avaliação de novas ideias (Sano, 2020).

Entretanto, na área de CP&RI são de especial interesse dos Programas da Enap os laboratórios que se dedicam às temáticas de Governança e as Políticas Públicas. Enquanto os de Governança são instâncias para análise e introdução de novas formas de relacionamento entre atores e/ou organizações no processo de tomada de decisão, podendo ser interno ou híbrido (Powell, 2002), os voltados às Políticas Públicas enfocam mudanças nas políticas públicas, podendo ser resultante também de inovações conceituais.

Na busca de ampliação do diálogo com a sociedade, muitas dessas iniciativas têm adotado metodologias que privilegiam e incentivam a cocriação, coprodução ou o codesign. Esse caminho conduz à adoção de metodologias participativas como a Design Science no desenvolvimento de projetos de intervenção (Sano, 2020).

O design é uma resposta do tipo solução para um problema, mas um tipo especial de solução. Esta não é uma solução para um problema de conhecimento puro, mas sim uma solução para um problema de campo. O problema público está inserido em um contexto complexo, cuja resposta ou solução demanda a construção de possibilidades, de descobrir coisas que estão encobertas ou lançar luz sobre causas, origens e consequências e às vezes retroceder para redescobrir (Simon, 1969; Pires, 2012).

O laboratório de pesquisa - na perspectiva aqui retratada, do design como um projeto de intervenção viável para a solução de problemas públicos, sendo um ambiente facilitador de pesquisa permite múltiplas abordagens, tais como a pesquisa-ação, com metodologias qualitativas e quantitativas no desenho e teste de possibilidades de solução para o objeto em estudo.

Pesquisa Ação: Para Jesus *et al.* (2014) essa abordagem pode ser caracterizada por quatro pilares de sustentação:
Compreensão crítica da realidade social;
Potencial para mudança social que promovam rupturas e novas possibilidades de ação;
É um trabalho colaborativo;
Constante reflexão crítica sobre o vivido visando a produção de novos conhecimentos.

Pode-se definir um projeto de intervenção como o produto de um trabalho (pesquisa orientada ao uso ou produção técnica) que descreve uma experiência nas políticas e organizações públicas. Um produto tecnológico decorrente do projeto de intervenção deve abordar um problema público na perspectiva de uma situação problema a ser enfrentada por meio de políticas públicas ou uma oportunidade de melhoria a ser desenvolvida no plano político, organizacional ou tecnológico podendo gerar um ou mais produtos tecnológicos mencionados anteriormente.

Apesar do caráter tecnológico, o quadro referencial e o método científico são requisitos essenciais. O método científico para o desenvolvimento dos procedimentos que levam a cabo a proposta de intervenção (i.e., solução do problema), inclui: relato do tipo de intervenção e os mecanismos adotados, as técnicas utilizadas para coleta, análise e interpretação dos dados, e demais procedimentos realizados ao longo da pesquisa precisam ser detalhados. Além disso, um quadro de referencial teórico, com princípios extraídos da literatura, de caráter atual e pertinente, para compreensão do tema de estudo, e para embasamento teórico de potenciais soluções e da proposta de intervenção.

Os resultados devem apresentar alguma contribuição nova para que possam ser caracterizados como extração, melhoria ou inovação. A extração retrata soluções conhecidas aplicadas a novos problemas; a melhoria representa novas soluções para problemas conhecidos; a inovação, neste contexto, trata de novas soluções para novos problemas (Gregor and Hevner, 2013; Motta, 2017).

Importante: Mesmo que os resultados obtidos na pesquisa sejam contraintuitivos frente a fundamentação teórica, esse não é necessariamente um motivo para invalidar o relato da intervenção na perspectiva de produto tecnológico. Portanto, para sua apresentação devem ser discutidas as razões desse descolamento, o que também se enquadra como uma novidade nos resultados. Para maior impacto na área, bem como a relevância dos resultados para outros casos similares.

Diante desse desafio surgem questões sobre o tipo de problema tem relevância para ser considerado foco de uma dissertação ou tese? Se o trabalho busca uma solu-

ção para problema público, como se definem os limites entre os níveis de mestrado e doutorado, ou ainda entre uma nota técnica é um trabalho de consultoria? O que pode ser considerado impacto de um projeto de intervenção?

A construção do objeto de pesquisa a partir dos problemas públicos utilizando design consiste em considerar a ação pública como produto das práticas e representações dos agentes envolvidos (Van Aken, 2005), sendo essas experiências e representações determinadas pelas características sociais, interesses, posição objetiva desses agentes, e portanto, pela estrutura das relações que os unem (Dubois, 2021). Assim, o design permite analisar o campo como um modelo explicativo da orientação das políticas públicas, de suas mudanças, relacionando-as com a estrutura das interações entre os atores, as posições envolvidas, as práticas e representações (Simon, 1980; Saint Martin, 2023).

Problemas intensivos em conhecimento são problemas que surgem dos limites do nosso conhecimento da realidade atual. As questões de campo são questões sobre a realização de uma realidade distinta. Projetar em um modo mais intensivo em conhecimento é o processo central de muitas profissões. Nessas profissões, o design natural, intuitivo e criativo é combinado com a ciência do design, ou seja, com conhecimento processual válido sobre como projetar soluções para problemas de campo de maneira profissional e com conhecimento substantivo válido sobre soluções alternativas para vários tipos de problemas de campo.

Profissionais experientes internalizaram amplamente a proposta de solução em sua rotina. À medida que os problemas se apresentam, eles precisam continuamente incluí-la em seu repertório, primeiro como conhecimento explícito e às vezes depois como conhecimento tácito também. É deste processo que emergem as principais possibilidades para os problemas públicos que são a extração, melhoria ou inovação (Van Aken, 2007; Motta, 2017; Schön, 2017).

A pesquisa de campo pode contemplar, preferencialmente, metodologias de intervenção. Ao final do estudo, espera-se a solução para o problema, a produção intelectual de caráter científico evidenciando a contribuição para a área de conhecimento, e a produção técnica/tecnológica com a relevância para a prática profissional.

Na próxima seção é proposto um design para orientar o desenvolvimento dos projetos de intervenção.

Estrutura de Intervenção em Problemas Públicos

Biancolino e colegas (2012) propuseram um protocolo para estruturação de projetos de pesquisa aplicada baseando-se na Design Science. Numa proposta de diferenciação da pesquisa aplicada e a pesquisa pura, Van Aken (2007) propôs uma série de regras que se aplicam ao presente protocolo de intervenção em Problemas Públicos.

Nestes termos, os autores sugerem o emprego da lógica denominada CIMO:

1. Contexto (situação-problema);
2. Intervenção (ou outro tipo de proposta para o problema apresentado);
3. Mecanismos adotados (ou a descrição de como o problema foi solucionado) e
4. Resultados Obtidos, que descrevem de maneira objetiva, e não genérica, os resultados obtidos na organização, elucidando também os fatores conjunturais que podem ter afetado esse resultado além da intervenção feita.

Relatório de intervenção

Importante: A adoção dos modelos tradicionais se deve ao fato de que há um modelo bem definido de como uma tese ou dissertação deve ser dirigida e avaliada, o que dá segurança tanto para alunos, quanto para docentes, membros de banca e coordenadores de programa. Entendemos que a dúvida sobre como proceder em relação a formas alternativas de TCCs é uma questão que também se apresenta a docentes, discentes e corpo técnico dos programas profissionais na área de CP&RI. Neste caso, propõem-se que o relato da intervenção na versão de final de publicação tenha formato de um texto entre 7000 e 9500 palavras até no máximo 20 páginas, já incluindo as referências.

Portanto, o relatório de intervenção deve: (1) apresentar a diferenciação básica de, ao invés de analisar um objeto teórico/empírico convencional, descrever uma intervenção em uma organização ou projeto; e (2) propor melhorias/resultados práticos e concretos que possam ser adotados futuramente em outras organizações, com o apoio de referencial teórico da área.

A seguir apresentamos o modelo de proposta para a estrutura formal de apresentação dos relatórios de intervenção:

Introdução: A introdução deve ser breve e clara, explicitando do que se trata o relato apresentado, qual intervenção será/foi objeto na política ou organização e o que será analisado, explicitando o problema a ser resolvido / relatado. Deve-se deixar claro ao leitor o objetivo do relatório e como foi feita a pesquisa ou como os autores interpretaram as informações para se chegar ao relato. Convém mostrar a sequência de seções do relato.

Referencial Teórico: Deve ser apresentado um referencial teórico, relacionado com a

intervenção proposta/feita na política ou organização em questão, esse referencial precisa conter referências atualizadas e essenciais, mas precisa ser extensivo. Este referencial serve para enquadrar o relato do ponto de vista teórico e propiciar comparações com a teoria existente.

Método da Produção Técnica: Nesta seção deve-se explicar detalhadamente como foi feito o relato técnico, ou seja, se foi executado apenas com base na experiência profissional e prática da/o aluna/o pesquisador/a, ou se outras interações / participações (de outros profissionais) foram necessárias para se atingir o objetivo do relato técnico. Cabe destacar, quais foram as habilidades profissionais utilizadas para a observação, análise e solução do problema, qual o tipo de abordagem foi utilizada (observação direta, participação direta etc.). Faz-se necessário deixar claro o problema a ser relatado.

Tipo de Intervenção e Mecanismos Adotados: Devem se descrever detalhada das atividades desenvolvimento do projeto de intervenção na organização ou política em vistas de enfrentar a situação-problema. Além das possibilidades apontadas pelo documento de área mencionado anteriormente, podemos pensar em outros, a saber:

Resultados Obtidos e Análise: Quais as contribuições mais relevantes do projeto de intervenção para política pública. Caso, seja viável deve ser incluída sua relevância em comparação a outros casos similares e que tipo conhecimento profissional foi gerado nesta experiência e porque ela deve ser socializada na comunidade de profissionais. Além disso, deve incluir uma descrição dos resultados obtidos, a análise dos resultados pelos autores e o confronto com a teoria revisada no referencial teórico.

Conclusão: A conclusão do trabalho apresentará ao leitor argumentos embasados de que foi possível atingir o objetivo proposto inicialmente. Cabe aqui apresentar propostas para outras situações que encontrem situações semelhantes à descrita. É necessário mencionar aspectos das limitações do trabalho. Por fim, novas ideias de relatos ou de trabalhos de natureza técnica devem ser explicitadas.

Na próxima seção é apresentada uma diretriz de atuação aos orientadores a fim de orientar o desenvolvimento do design dos projetos de intervenção.

Formatos para apresentação do TCC

Na Enap os critérios para conclusão e obtenção do título envolvem a qualificação e defesa do TCC estão previstos na Resolução que dispõe sobre o funcionamento dos programas de Pós-Graduação Stricto Sensu (PPG) da Fundação Escola Nacional de Administração Pública a seguir:

Art. 62. Para a conclusão do curso e obtenção do título, o aluno deve ser aprovado na qualificação e na defesa do TCC, etapas em que o aluno deve demonstrar domínio do objeto de estudo, capacidade analítica e viabilidade técnica. A qualificação e a defesa devem ser realizadas em seminário público a ser amplamente divulgado.

“...” § 3º As normas e diretrizes para a qualificação e a defesa do TCC serão definidas pelo regulamento do programa.

§ 4º O aluno que não qualificar seu projeto de TCC conforme as regras e os prazos previstos no regulamento de cada programa deverá encaminhar justificativa formal junto à CGPos e requerer outra oportunidade para a qualificação do seu projeto (Enap, 2022).

Nos termos do Documento de Área CP&RI e da Portaria Normativa CAPES n. 17, de 28 de dezembro de 2009 e do Art. 62 § 1º da Resolução que dispõe sobre o funcionamento dos programas de Pós-Graduação Stricto Sensu (PPG) da Fundação Escola Nacional de Administração Pública (Enap, 2022), além da tese/dissertação, poderá ser apresentado e aceitos em diferentes formatos de natureza Tecnológica, para Conclusão de Curso (TCC) decorrentes de projetos de intervenção, tais como:

- **artigo publicado** ou aceito para publicação em periódico de alto impacto conforme as recomendações vigentes ou estratos mais elevados do Qualis, com reconhecida aplicabilidade no setor de atuação;
- **relatório técnico** (com ou sem regras de sigilo); **relatórios finais de avaliação de programas ou de políticas públicas** de pesquisa, projetos técnicos, publicações (**policy brief**) / produtos técnicos ou tecnológicos, projetos de inovação tecnológica;
- publicações tecnológicas do tipo **nota técnica, norma ou marco regulatório** (elaboração de norma ou marco regulatório; estudo de regulamentação);

Importante: A nota técnica é um trabalho autoral do acadêmico apresentando uma opinião técnica e fundamentada acerca da forma ou conteúdo de atuação em política ou organização pública. O documento deve se orientar pelos princípios gerais do método científico, bem como conter citações e referências.

- **projeto ou proposta de política pública inovadora na área de atuação;**
- **revisão sistemática**, aprofundada da literatura e estudos de caso;
- **protótipos para desenvolvimento de programas/aplicativos ou de serviços**

cos públicos, ou projetos de inovação tecnológica, incluindo-se de materiais didáticos, manuais técnicos, e instrucionais ou desenvolvimento de processos, modelos e técnicas;

patente;

registros de propriedade intelectual;

- produção de programas de mídia, editoria;

- protocolo experimental ou de aplicação em serviços, projeto de aplicação ou adequação técnica / tecnológica, protótipos para desenvolvimento ou produção de instrumentos, equipamentos e kits;

- software, patente, registro de propriedade intelectual.

- constituição de órgão ou entidade de interesse público (laboratório), empresa ou organização social inovadora no setor de atuação com reconhecida aplicabilidade no setor de atuação.”

Estes formatos de TCC permitem a compreensão mais ampla do campo científico, incluindo a atuação, a dinâmica das relações entre os diferentes atores envolvidos no processo de formulação, a implementação e avaliação da política pública. A pesquisa visa o uso: elaborar, projetos, desenvolver ou criar soluções para problemas. Nesta perspectiva, o TCC perpassa um produto tecnológico no formato de projeto de intervenção (Motta, 2017).

Na próxima seção é apresentada uma diretriz de atuação às/-aos orientadoras/es a fim de orientar o desenvolvimento do design dos projetos de intervenção.

Qual o papel do/a Orientador/a?

A tarefa do/a orientador/a é proporcionar ao pós-graduando uma orientação profissional que esteja simultaneamente relacionada com a experiência profissional e ao trabalho da/o aluna/o e em consonância com a direção de investigação e eixos de projeto do/a orientador/a do Programa de Pós-Graduação ao qual está vinculado. Em relação aos Programas de Pós-graduação a Enap tem-se em se regimento que:

“Art. 64. O aluno é o único e exclusivo responsável pela realização da pesquisa e outras atividades necessárias à elaboração do seu TCC.

Parágrafo único. O orientador auxiliará o aluno no desenvolvimento dos seus trabalhos, não sendo sua responsabilidade redigir textos ou elaborar qualquer parte do TCC” (Enap, 2022).

O/A orientador/a deve considerar a carga de conteúdo tácito do orientando sobre o objeto de estudo, conduzindo dessa maneira a competência profissional como elemento potencializador, especialmente na clarificação do fenômeno sob análise e de seu mecanismo, apontado o desenvolvimento de soluções tanto para o serviço público quanto no trato com as políticas públicas e na geração de impacto sobre o desenvolvimento econômico e social, sobretudo de doutorado, devem atuar com o objetivo de melhorar a eficácia e a eficiência das organizações públicas (Schön, 2017; Do Amaral *et al.*, 2023).

O produto que descreve a intervenção no formato de relatório é então elaborado no âmbito de uma ou várias disciplinas com o apoio e participação do docente da disciplina. Como resultado obtém-se relatórios técnicos de maior qualidade baseados nas ferramentas e técnicas apropriadas a área de conhecimento do Programa devidamente aprendidas em sala de aula. Deste modo, o projeto de intervenção e seu produto serve também como veículo para uma melhor coordenação entre as atividades das/os alunas/os, as prioridades de investigação e os eixos do projeto do curso (Biancolino *et al.*, 2012; Martens *et al.*, 2021).

Checklist Avaliativo

O Mestrado e Doutorado Profissional (MDP) no Brasil estão em expansão, mas ainda imersos em debates sobre as práticas pedagógicas e o formato de pesquisa que os diferenciam dos mestrados e doutorados acadêmicos.

A Portaria Normativa CAPES 60, de 20 de março de 2019, define como objetivos dos cursos de mestrado e doutorado profissionais a capacitação de profissionais qualificados para “práticas avançadas, inovadoras transformadoras dos processos de trabalho” além de transferir conhecimento para a sociedade de forma a atender às demandas sociais e econômicas.

Nesta linha, o conhecimento construído no MDP é aplicado, fundamentado em pesquisa conectada a situações reais, gerando reflexões sobre a pertinência e possibilidade de contribuição para a área profissional em questão.

No mestrado e doutorado acadêmico não há necessariamente esta exigência, de conexão entre o conhecimento construído e sua possível aplicação profissional. Esta percepção exige novas posturas para os resultados das pesquisas efetuadas – elas não precisam se resumir a dissertações e teses estritamente teóricas, podendo incluir ainda produção tecnológica.

Contudo, mais do que o produto final, a contribuição dos programas profissionais está no processo de transformação do discente: ao enfrentar uma inquietação da sua prática cotidiana, com um olhar teórico e metodológico de cunho científico, o/a aluna/o estará se capacitando para enfrentar os desafios profissionais.

O desafio dos programas profissionais passa a ser superar a perspectiva acadêmica e a discussão essencialmente teórica sobre a comprovação das hipóteses e se preocupar mais com a formação e desenvolvimento da pesquisa propriamente dita. O objetivo da/o aluna/o em um MDP não é a elaboração teórica sobre um problema da sua área, mas sim um problema da sua realidade profissional, na busca por um fortalecimento no exercício profissional.

A seguir, apresentamos um checklist para revisão de propostas de intervenção em problemas públicos no intuito de auxiliar os autores na elaboração ou aprimoramento de seu documento, bem como os revisores deste tipo de produção.

Quadro I - Ficha de avaliação.

Item	Problema Público	Aplicação	Ineditismo
Produção Técnica/Tecnológica			
Referencial teórico (não é necessário avançar na teoria, mas deve embasar a proposta de intervenção)	Até 1,00 ponto	De 1,00 a 2,00 pontos	De 2,00 a 3,00 pontos
CIMO			
- <u>Contexto</u>	Até 1,00 ponto		
- <u>Intervenção</u>	Até 1,50 pontos		
- <u>Mecanismos adotados (metodologia)</u> i. Qual foi o público-alvo e como a iniciativa identificou as necessidades dos seus usuários/cidadãos?	Até 1,50 pontos		
Produtos intermediários (opcional no mestrado, desejável no doutorado)			
a) Nota técnica b) Laboratório c) Relatório de pesquisa d) Modelo de caso para ensino e) Justificativa para projeto de lei - entre outros	Até 1,00 ponto	De 1,00 a 2,00 pontos	De 2,00 a 3,00 pontos
- <u>Resultados Obtidos</u> (se aplica para <u>defesa final</u>) ii. Quais foram os principais resultados para Instituição/Órgão, demais Stakeholders e beneficiários;			
<u>Demais critérios</u>			
Cronograma de execução	Até 1,00 ponto		
Conclusão parcial (se aplica para <u>qualificação</u>)	Até 3,00 pontos		
<u>Avaliação, menção final nos termos do Art. 71 do Regulamento Geral dos PPGs da Enap (2022):</u>			
<input type="checkbox"/> Aprovada <input type="checkbox"/> Aprovada com ressalvas. <input type="checkbox"/> Reprovada			
Considerações/Recomendações da banca:			

Fonte: Elaboração própria.

Referências

ALMEIDA, C. C. R. **Produtos dos Programas de Pós-graduação, na modalidade Profissional na Área de Ciência Política e Relações Internacionais. I Encontro de Pesquisa da Pós-graduação Stricto Sensu da Enap.** VIEIRA, L. M. Brasília: Fundação Escola Nacional de Administração Pública (Enap). 2024.

BIANCOLINO, C. A. et al. Protocolo para elaboração de relatos de produção técnica. **Revista de Gestão e Projetos**, v. 3, n. 2, p. 294-307, 2012. ISSN 2236-0972.

BOULLOSA, R. D. F.; PERES, J. L. P.; BESSA, L. F. M. Por dentro do campo: uma narração reflexiva dos estudos críticos em políticas públicas. **Organizações & Sociedade**, v. 28, p. 317-342, 2021. ISSN 1413-585X.

CAPES, C. D. A. D. P. D. N. S. **Plano nacional de pós - graduação [PNPG] 2024 - 2028.** CAPES. Brasília, p.170. 2024

DO AMARAL, O. M. E.; ALVES SOARES, S.; CECÍLIA RODRIGUES DE ALMEIDA, C. **Área 39: Ciência Política e Relações Internacionais.** Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Brasília. 2023

DUBOIS, V. Os espaços sociais para a produção de políticas públicas—a noção de campo como ferramenta da sociologia da ação pública. **Sociologia política da ação pública: teorias, abordagens e conceitos.** Brasília: Enap, p. 135-152, 2021.

ENAP, F. E. N. D. A. P.-. **Dispõe sobre o funcionamento dos programas de Pós-Graduação Stricto Sensu (PPG) da Fundação Escola Nacional de Administração Pública (Enap).** Boletim de Serviço Eletrônico. Brasília. Resolução Enap Nº 8 2022.

GREGOR, S.; HEVNER, A. R. Positioning and presenting design science research for maximum impact. **MIS quarterly**, p. 337-355, 2013. ISSN 0276-7783.

HAYES, A. F. **Introduction to mediation, moderation, and conditional process analysis: A regression-based approach.** Guilford publications, 2017. ISBN 146253466X.

JESUS, D. M. D.; VIEIRA, A. B.; EFFGEN, A. P. S. Pesquisa-ação colaborativo-crítica: em busca de uma epistemologia. **Educação & Realidade**, v. 39, 2014. ISSN 2175-6236.

LASSANCE, A. **Como elaborar projetos de intervenção para a implementação de políticas públicas?** Texto para Discussão. 2023

MARQUES, E. C. L. As políticas públicas na Ciência Política. **A política pública como campo multidisciplinar**, 2010.

MARTENS, C. D. P.; PEDRON, C. D.; DE OLIVEIRA, J. C. Diretrizes para elaboração de arti-

gos tecnológicos, artigos aplicados ou relatos técnicos de produção com ênfase profissional. **Revista Inovação, Projetos e Tecnologias**, v. 9, n. 2, p. 143-147, 2021. ISSN 2318-9851.

MOTTA, G. D. S. **Como escrever um bom artigo tecnológico?**: SciELO Brasil. 21: 4-8 p. 2017.

_____. **O Que É um Artigo Tecnológico?**: SciELO Brasil. 26: e220208 p. 2022.

PIRES, Á. Sobre algumas questões epistemológicas de uma metodologia geral para as ciências sociais. 2012.

POWELL, W. W. NEITHER MARKET NOR HIERARCHY Network forms of organization. **Strategy: Critical Perspectives on Business and Management**, v. 4, p. 119, 2002. ISSN 0415251540.

PRADO, P. H. M.; KORELO, J. C.; DA SILVA, D. M. L. Análise de mediação, moderação e processos condicionais. **REMark-Revista Brasileira De Marketing**, v. 13, n. 4, p. 04-24, 2014. ISSN 2177-5184.

SAINT MARTIN, M. D. A noção de campo em Pierre Bourdieu. **Revista Brasileira de Sociologia - RBS**, v. 10, n. 26, 02/02 2023. Available at: < <https://rbs.sbsociologia.com.br/index.php/rbs/article/view/910> >. Accessed on: 2024/09/19.

SANO, H. Laboratórios de inovação no setor público: mapeamento e diagnóstico de experiências nacionais. 2020.

SCHÖN, D. A. **The reflective practitioner: How professionals think in action**. Routledge, 2017. ISBN 1315237474.

SECCHI, L. O QUE FAZ UMA BOA PESQUISA EM POLÍTICA PÚBLICA? In: EMMENDOERFER, M. L. e GOMES, B. M. A. (Ed.). **Métodos Qualitativos para análise de Políticas Públicas**. 1. Salvador, BA: Motres, 2023. p.162. ISBN 978-65-5513-122-2.

SIMON, H. A. The architecture of complexity. Sciences of the artificial. **Cambridge, MA: MITPress**, 1969.

_____. Cognitive science: The newest science of the artificial. **Cognitive science**, v. 4, n. 1, p. 33-46, 1980. ISSN 0364-0213.

VAN AKEN, J. E. Valid knowledge for the professional design of large and complex design processes. **Design Studies**, v. 26, n. 4, p. 379-404, 2005. ISSN 0142-694X.

_____. Design science and organization development interventions: Aligning business and humanistic values. **The Journal of Applied Behavioral Science**, v. 43, n. 1, p. 67-88, 2007. ISSN 0021-8863.



enap